



FENPROF

Revisão da carreira – consequências do projecto do Governo

O Governo ameaça a situação profissional da larga maioria dos docentes do Politécnico, pondo em risco a continuidade do seu emprego e o seu nível salarial.

A FENPROF exige significativas mudanças no articulado por forma a que se concretize uma real estabilização laboral dos corpos docentes, a elevação da sua qualificação e a melhoria do impacto social das instituições.

A FENPROF vai promover, no dia 29 de Abril, um Plenário Nacional Descentralizado de Assistentes e Docentes Equiparados do Politécnico.

Cara(o) Colega,

O projecto de revisão da carreira docente do Politécnico, entregue pelo MCTES faz hoje uma semana, se viesse a ser aplicado tal como está, degradaria significativamente a situação sócio-profissional da larga maioria dos docentes [ver documento com as consequências por categoria, incluído na página da FENPROF e abaixo indicado]. Isto porque:

- Conduziria, a curto prazo, à perda de 1/3 do vencimento por parte de todos os assistentes e docentes equiparados que hoje se encontram em dedicação exclusiva (que são cerca de 3.000, representando 30% de todos os que exercem funções docentes, ainda que a 0%, e um número superior aos 2.750 que são professores de carreira); violento corte salarial que sucederia, devido à retirada do direito à dedicação exclusiva a todos os docentes equiparados, no final do prazo do seu actual contrato, e aos assistentes, no termo das renovações;
- Reduziria, tipicamente a metade (para os que estão em dedicação exclusiva esta redução acumularia com a anterior) os vencimentos à larga maioria dos que não são professores de carreira e que actualmente exercem funções em dedicação exclusiva, ou em tempo integral, por passarem a ser compelidos, salvo em situações excepcionais de curta duração, a exercer funções apenas em regime de tempo parcial. [Para os detalhes, ver na página da FENPROF o documento já mencionado.];
- Desvalorizaria o Politécnico, na medida em que o discriminaria face às Universidades, no que se refere às garantias contra a cessação dos contratos de trabalho (*tenure*), sendo que o RJIES não faz tal discriminação, preparando uma eventual “racionalização” com despedimentos.

A FENPROF defende há muito o fim da situação iníqua da contratação de docentes para uma “carreira” paralela, na qual, exercendo funções em tempo integral ou em dedicação exclusiva, têm permanecido em situação crescentemente precária, mesmo quando têm vindo a obter o actual grau de referência para o ingresso na carreira – o mestrado – ou mesmo quando já obtiveram o doutoramento.

No entanto, a FENPROF opor-se-á firmemente a que o fim desta situação iníqua se faça à custa do despedimento, do aumento da precariedade ou da drástica degradação do nível salarial de quem, cumprindo integralmente as suas obrigações, apenas não passou ainda para a carreira por não haver lugares de quadro em número correspondente às necessidades das instituições, mas também por na sua carreira não ter sido consagrado um mecanismo semelhante ao existente na universitária, que valorizou a obtenção do grau de referência – o doutoramento – conferindo a quem o obtivesse o

direito a um percurso conducente a um vínculo estável, independentemente de vagas ou de concursos.

O caminho defendido pela FENPROF é o de acabar com esta situação através da criação, em correspondência com as necessidades, de um número expressivo de novos lugares para as categorias da carreira e da conjugação do processo do seu preenchimento com o aumento significativo da qualificação global dos corpos docentes das instituições.

Nas reuniões com o Ministro, que antecederam a apresentação dos projectos, este afirmara à FENPROF que iria ser criado um número muito significativo de novos lugares de professor. No entanto, o que ressalta do articulado é um aumento global muito ténue, senão mesmo uma redução dos lugares de professor actualmente já ocupados, sendo a situação muito variável de instituição para instituição.

Na realidade, o que o projecto refere é que as instituições que tiverem, nas categorias da carreira, menos do que 30% do nº total de docentes, qualquer que seja a sua situação contratual, deverão proceder à abertura de novos lugares até atingirem aquela percentagem, a menos que ... não tenham disponibilidades orçamentais.

A questão orçamental põe-se, sobretudo porque o Governo pretende que os lugares sejam providos por concurso aberto ao exterior e não pela fixação a cada docente, em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva, de objectivos exigentes, mas realistas, de obtenção de qualificações mais elevadas, tendo em conta as agora propostas para referência, conjuntamente com a atribuição das condições indispensáveis para o efeito, permitindo que, após uma avaliação curricular, pudessem obter um vínculo estável na carreira, desde que se encontrassem em regime de tempo integral ou em dedicação exclusiva.

Ao recusar esta proposta da FENPROF, esperar-se-ia que ao menos o Governo fosse coerente com os propósitos políticos que anunciou e tivesse avançado com medidas que fossem eficazes para a consecução desses objectivos.

Nada disso, porém, aconteceu. O que sucedeu foi precisamente o inverso. Senão, vejamos:

Admitamos, para já, a hipótese de que haveria orçamento para prover novos lugares para professores de carreira, o que, nos tempos que correm, em que o Estado se tem vindo a desresponsabilizar, de forma bastante mais acentuada nos últimos anos – note-se – pelo financiamento das instituições públicas de ensino superior, mais pareceria um milagre.

Se assim fosse, então os 30% de professores de carreira que o Governo diz no projecto terem que existir em cada instituição, levariam à necessidade de garantir um total de 3.000 lugares de professores de carreira, porque, segundo as últimas listagens de docentes por instituição, tornadas públicas pelo Ministério e trabalhadas pela FENPROF, datadas de 31/12/2007, havia cerca de 10.000 pessoas com funções docentes no sistema politécnico (incluindo todos quantos não têm qualquer contrato ao abrigo do estatuto). Mas, se se revelar que nessa altura já estavam ocupados 2.750 desses lugares, conclui-se que restariam apenas 250 para criar. Isto se houvesse orçamento ... é bom lembrar.

Ora, feitas agora as contas por instituição, verifica-se que, de entre as 22 (15 Institutos Politécnicos e 7 Universidades que incluem escolas politécnicas), apenas 9 subiriam o número de lugares de carreira, sendo que uma ficaria com o mesmo número e as restantes 12 desceriam!

Se, entretanto, se notar que havia, no final de 2007, cerca de 4000 docentes a tempo inteiro, além da carreira, dos quais cerca de 3.300 (82,5%) em dedicação exclusiva e 400 que já eram doutorados (hoje, passado mais de 1 ano, haverá bastantes mais), pode-se ver bem o tipo de “estabilização” dos

docentes em situação de precariedade no Politécnico que iria ser alcançada com a “grande medida” de se virem a prover 250 novos lugares.

Podemos admitir que se trata de um erro de cálculo do MCTES, embora isso seja de estranhar, atendendo à delicadeza da questão e ao elevado número daqueles que serão afectados. O articulado, tal como está, permite a leitura de que o Governo pretende tornar ainda mais precária a situação profissional dos docentes actualmente fora da carreira e ganhar espaço para reduzir ainda mais os orçamentos, pela via de uma drástica diminuição dos seus salários e pela criação das condições para que muitos não tenham os seus contratos renovados.

A FENPROF, na primeira reunião de negociação, marcada para a próxima 4ª feira, irá confrontar directamente o Ministro com as consequências que facilmente se depreendem pela confrontação das medidas propostas com a realidade do sector.

Este projecto é claramente inaceitável, sobretudo no que se refere ao regime de transição previsto e à composição estrutural, claramente desequilibrada, do corpo docente que pretende fixar, ao empolar o número de docentes convidados, face ao dos docentes de carreira cuja exiguidade poria em causa a continuidade do papel social de enorme relevância que as instituições politécnicas vêm desempenhando na formação da população activa, bem como no desenvolvimento regional e nacional, sem prejuízo de se considerar necessária a participação no ensino de profissionais de outros ofícios, de elevada craveira técnica.

A FENPROF, na próxima 4ª feira, dirá ao Senhor Ministro que assim não! Que este projecto tal como está é inaceitável para os docentes e, conseqüentemente, para a FENPROF que por essa razão se baterá com eles contra a formulação actual do articulado e por um projecto que alie a melhoria significativa da situação sócio-profissional daqueles que se dedicam por inteiro às suas instituições, à elevação da qualidade e da relevância social dos docentes e das instituições onde trabalham.

Neste sentido, a FENPROF vai promover, no dia 29 deste mês de Abril, a realização de um Plenário Nacional Descentralizado de Docentes do Politécnico, especialmente destinado aos assistentes e aos docentes equiparados, atendendo à situação particularmente vulnerável em que se encontram, para com eles analisar a situação e auscultar os colegas quanto a propostas para a negociação e quanto à sua intervenção no processo.

A FENPROF incluiu na sua página em www.fenprof.pt/superior/ os seguintes novos documentos:

- um resumo por categorias das consequências do projecto, no que se refere à transição de vínculos e a alterações de carreira;
- um texto para uma fácil comparação entre os artigos do actual estatutos e os relativos ao projecto.

A FENPROF relembra, a quem ainda não a assinou, a petição que promoveu em conjunto com o SNESup e que se pode continuar a subscrever no endereço: <http://www.petitiononline.com/negociar/petition.html>. O seu conteúdo é mais do que nunca actual, face às propostas do MCTES e do Governo.

Cordiais Saudações Académicas e Sindicais

Pel'O Secretariado Nacional
João Cunha Serra
Coordenador do Departamento do Ensino Superior e Investigação

20/04/2009